



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

1 ASPECTOS GERAIS DO ESTADO

Situado no centro-leste da Região Nordeste, Pernambuco é uma das 27 Unidades Federadas do Brasil, ocupando uma área de 98.311 km². A partir de um litoral de 187 km banhado pelo Oceano Atlântico, Pernambuco se estende para o interior, fazendo fronteira com quase todos os estados da Região, à exceção do Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe. São 185 municípios e ainda o arquipélago de Fernando de Noronha, nos quais habitam cerca de 9 milhões de pessoas, o que corresponde a 4,3% da população brasileira, segundo últimas estimativas disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Segunda maior economia da Região Nordeste, ao longo dos anos de 2001 a 2015 o Estado de Pernambuco apresentou variações percentuais de seu Produto Interno Bruto - PIB superiores às nacionais em onze dos quinze anos deste período, acumulando uma ampliação de 63% do indicador, conforme séries de indicadores disponibilizadas pelo IBGE e pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM. Desse desempenho, resultou uma substantiva elevação de 50% do PIB per capita entre os anos de 2010 e 2015, preservando o Estado como o segundo maior resultado dentre as Unidades da Federação das Regiões Nordeste e Norte.

Conhecido por sua tradição açucareira, Pernambuco viu crescer historicamente uma indústria metalúrgica associada à produção do açúcar e álcool e de bens de consumo não duráveis (alimentos, bebidas) e semi-duráveis (têxteis e vestuário, sobretudo), além do comércio atacadista e varejista em geral, não só em função de seu mercado interno, mas da sua posição privilegiada na Região. Os planos federais de desenvolvimento, e particularmente a ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, permitiram na segunda metade do século passado uma expansão mais acelerada dessas atividades e uma diversificação maior da matriz econômica. O vazio de uma política regional mais forte com o fim do ciclo da SUDENE, motivou alguns estados nordestinos a iniciarem a concessão de incentivos no âmbito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços - ICMS como mecanismo de atração de novos investimentos, isso a partir da década de 1990. Embora de maneira tardia, Pernambuco também entrou no jogo e preservou sua competitividade fiscal regional, além de conseguir atrair importantes plantas industriais e centrais de distribuição. Um patamar significativo de mudança da matriz econômica ocorreu no século XXI, quando políticas mais focadas, uma gestão mais profissionalizada, investimentos em infraestrutura, com destaque para a consolidação do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, e um cenário nacional favorável, permitiram que o Estado lograsse ver a instalação em seu território de novas atividades industriais capital-intensivas, como a petroquímica, a automobilística, a naval e a de equipamentos de energias renováveis. Em conjunto, segundo o IBGE, essas novas atividades responderam em grande parte pelo desempenho diferenciado do Estado nos últimos anos, quando, Pernambuco elevou sua participação no PIB nacional em 0,2 pontos percentuais. Foram mais de 500 mil novos empregos gerados entre 2007 e 2014. Esta trajetória, no entanto, foi fortemente impactada pela crise vivenciada pelo país a partir de 2015.

Apesar do crescimento industrial, evidenciado também por importantes centros dinâmicos no interior do Estado, notadamente a região gesseira do Araripe, o polo de confecções do Agreste e as áreas irrigadas do São Francisco, segundo dados do CONDEPE/FIDEM de 2015, a economia pernambucana é predominantemente de serviços (73%), seguido pela indústria (22%) e pela agropecuária (5%). Vale ressaltar a importância crescente que tem assumido os serviços modernos, representados, sobretudo, pelas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, e da chamada economia criativa, com destaque para o Porto Digital, repetidas vezes considerado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Ambientes Inovadores - ANPROTEC como o melhor parque tecnológico do Brasil, onde concentram-se 267 empresas, e pelos serviços médico-hospitalares, gerador de cerca de 107 mil empregos no Estado, segundo o Sindicado dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios, Consultórios Médicos e Odontológicos do Estado de Pernambuco - SINDHOSPE.

1. SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO

O Boletim Focus, de 25.09.2017, atualizou as previsões econômicas para o ano corrente. Dentre outros indicadores, a projeção do PIB brasileiro passou de 0,60% para 0,68%; a projeção da inflação, medida pelo IPCA, foi reduzida de 3,08% para 2,97%; a taxa básica de juros da economia (taxa SELIC) manteve-se em 7,00%; e a previsão da taxa de câmbio teve sua cotação alterada de R\$ 3,20, para R\$ 3,16. A previsão para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2017, permaneceu em US\$ 75 bilhões. Assim, apesar das incertezas quanto à implementação das reformas, reina certo clima de otimismo em relação aos resultados da economia refletidos nos principais indicadores macroeconômicos.

No Estado de Pernambuco, a Receita Orçamentária acumulada até o 4º bimestre de 2017, confrontada com a do mesmo período do exercício de 2016, contou com uma variação nominal positiva de 7,6%. Registre-se a inflação, segundo o IPCA, de 2,45% até o mês de agosto de 2017.

O ICMS, principal receita corrente do Estado, no acumulado até o 4º bimestre de 2017, registrou uma variação nominal positiva de 6,0% em relação ao mesmo período do ano de 2016. Comparados os mesmos períodos em relação ao FPE, segunda fonte mais significativa de recursos do Estado, deu-se um crescimento nominal de 8,4%.

As Receitas de Convênios tiveram uma variação positiva de 6,3%, enquanto as de operações de crédito cresceram insignificantes 0,5%, denotando ainda a restrição promovida pela União nas liberações das operações de crédito contratadas e a contratar.



A Despesa Orçamentária registrou um crescimento nominal de 7,9% do 4º bimestre de 2016 para o mesmo período de 2017, explicada, principalmente, pelo crescimento de 9,9% na Despesa de Pessoal e de 8,4% nas Outras Despesas Correntes.

Os Investimentos e Inversões Financeiras praticamente não se elevaram, mantendo-se constante no valor aproximado de R\$ 864 milhões. Importa destacar que, relativamente ao ano de 2016, apesar da despesa total com investimentos manter-se inalterada, houve uma mudança na composição por fonte de recursos, em razão da melhora de repasses de convênios e de operações de crédito pela União, compensando, assim, o Estado na limitação da utilização dos seus próprios recursos para financiar os investimentos.

Em sequência, apresentamos a síntese da execução orçamentária até 30/08/2017.

2.CENÁRIO FISCAL ATÉ O MÊS DE AGOSTO DE 2017

2.1.Desempenho da Receita

A receita orçamentária acumulada até o 4º bimestre de 2017, confrontada com a do mesmo período do exercício de 2016, contou com um aumento de R\$ 1.466,93 milhões, o que representa uma variação nominal positiva de 7,6%.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 1 - Desempenho da Receita)

No acumulado até o 4º bimestre de 2017, o ICMS de R\$ 9,2 bilhões (incluídos os juros, multas de mora e a receita da dívida ativa), principal Receita Corrente do Estado, registrou uma variação nominal positiva de R\$ 521,1 milhões equivalendo a um crescimento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano de 2016. Portanto, superior à taxa de inflação acumulada no período, medida pelo IPCA de 2,45%.

Por outro lado, acrescentando-se à arrecadação do ICMS o valor referente às multas por auto de infração, o valor arrecadado até o 4º bimestre de 2017 passou para R\$ 9.257 milhões, com um incremento em relação a igual período do ano anterior em R\$ 506 milhões, incremento esse inferior em R\$ 15 milhões, decorrente da redução do valor das multas dos citados autos.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 2 - Comportamento do ICMS)

Já o FPE, segunda fonte mais significativa da Receita Corrente, acumulou até o 4º bimestre de 2017 a cifra de R\$ 3,9 bilhões, apresentando um crescimento nominal positivo de R\$ 303 milhões ou o equivalente a 8,4% em confronto com o mesmo período do ano anterior. Tal desempenho pode servir como um possível sinal de recuperação da economia brasileira.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 3 - Comportamento do FPE)

As Receitas de Convênios (corrente e capital), que são transferências voluntárias da União para o Estado, embora ainda impactadas pela crise econômica que atinge o País, apresentou melhora não relevante, no acumulado até o 4º bimestre deste ano em comparação com 2016, com variação nominal positiva de R\$ 2,43 milhões, equivalendo a um crescimento de 1,4%.

A receita oriunda de Operações de Crédito, no acumulado até agosto, atingiu R\$ 138,7 milhões, tendo crescido 0,67 milhão na comparação do 4º bimestre de 2017 com igual período do ano anterior, significando uma variação positiva de 0,5%. A política de forte contingenciamento das liberações de parcelas de operações de crédito continua gerando efeitos adversos para os investimentos do Estado.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 4 - Receita de Operações de Crédito)

As Transferências Líquidas ao FUNDEB importaram no acumulado até o 4º bimestre de 2017 em R\$ 796,22 milhões, apresentando um aumento de R\$ 64,8 milhões, quando comparado a igual período de 2016, apresentando incremento positivo de 8,9%.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 5 - Transferências Líquidas ao FUNDEB)

2.2.Desempenho da Despesa

A Despesa Orçamentária acumulada até o 4º bimestre de 2017 registrou um crescimento da ordem de R\$ 1.513,22 milhões, confrontada com a do mesmo período do exercício de 2016, o que representa uma variação nominal positiva de 7,9%.



(Anexo Técnico 1 - Quadro 6 - Despesa Orçamentária)

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, no 4º bimestre de 2017, somaram R\$ 9,61 bilhões, o que representa uma variação nominal positiva de 9,7%.

Acrescendo-se os repasses a título de contribuição complementar ao FUNAFIN, no total de gastos com pessoal, o valor acumulado até o 4º bimestre de 2017 passa para R\$ 11,1 bilhões, com uma taxa de crescimento de 9,9%.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 7 - Despesas com Pessoal)

As Outras Despesas Correntes - ODC, que contemplam, em sua maioria, os gastos relativos à manutenção administrativa do Estado, no acumulado até o 4º bimestre de 2017, totalizaram R\$ 5,06 bilhões contra R\$ 4,66 bilhões do mesmo período de 2016, correspondendo a uma variação nominal positiva de 8,4%.

Considerando-se a segregação das despesas de custeio entre o Poder Executivo e os demais poderes, observa-se uma variação nominal positiva de 8,1% do 4º bimestre de 2016 para o de 2017, conforme constatado na tabela abaixo.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 8 - Outras Despesas Correntes)

Considerando-se as despesas de custeio do Poder Executivo, segregado entre as maiores unidades gestoras temos que a variação nominal positiva de 8,1%, foi enormemente influenciada pelo expressivo crescimento nas despesas de custeio da Saúde (10,2%) em 2017, conforme constatado no gráfico abaixo.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 9 - Outras Despesas Correntes - Executivo)

Na rubrica Investimentos e Inversões Financeiras, consideradas todas as fontes de receitas no 4º bimestre de 2017, o Estado aplicou R\$ 863,56 milhões, valor praticamente inalterado em relação ao mesmo período de 2016.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 10 - Investimentos)

Dentre as principais áreas beneficiadas, destacam-se os investimentos em Recursos Hídricos (R\$ 353,92 milhões), Educação, Saúde e Segurança (R\$ 87,18 milhões), Estradas (R\$ 78,48 milhões), Desenvolvimento Econômico (R\$ 65,76 milhões) e Habitação (R\$ 44,06 milhões).

(Anexo Técnico 1 - Quadro 11 - Distribuição das Despesas de Investimentos e Inversões em 2017)

 

Outro ponto relevante a destacar na composição dos investimentos governamentais é a sua execução por fonte de recursos. A despesa total com investimentos manteve-se praticamente inalterada de 2016 para 2017, tendo mudado apenas a composição por fonte de recursos, em razão da melhora de repasses de convênios e de operações de crédito pela União.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 12 - Distribuição das Despesas de Investimentos e Inversões)

2.3.Resultados Fiscais e Indicadores da LRF

O Resultado Orçamentário (receitas menos despesas) acumulado até o 4º bimestre de 2017 apresentou resultado negativo de R\$ 8,72 milhões, contra um resultado também acumulado positivo de R\$ 37,57 milhões registrado no mesmo período do ano anterior.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 13 - Resultado Orçamentário)

O Resultado Primário positivo foi de R\$ 468,99 milhões, no acumulado até o 4º bimestre de 2017, contra um resultado, igualmente positivo, de R\$ 510,82 milhões, registrado no mesmo período do exercício anterior, registrando assim uma variação nominal negativa de 8,2%. Vale lembrar que a meta anual estabelecida na LDO para o resultado primário é negativo, no valor de R\$ 256 milhões.



(Anexo Técnico 1 - Quadro 14 - Resultado Primário)

No cálculo do Resultado Primário, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

Esse mesmo resultado, quando calculado pelo regime de caixa, ou seja, considerando as despesas primárias pagas, apresenta valores também positivos. Essa nova metodologia, ora apresentada, deverá ser utilizada pelo novo Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal previsto na Lei Complementar 156/2016.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 15 - Resultado Primário - pago acumulado)

2.4.Vinculações Constitucionais

No que se refere aos gastos vinculados com a manutenção e desenvolvimento do Ensino e com a promoção da Saúde, o Estado, no 4º bimestre de 2017, aplicou R\$ 3.090,5 milhões na Educação, o equivalente a 25,2% das receitas oriundas de impostos, e R\$ 1.828,9 milhões na Saúde, equivalente a 14,9%. O mínimo constitucional a aplicar no exercício fiscal é de 25% na Educação e de 12% na Saúde.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 16 - Vinculações Constitucionais)

2.5.Programa de Ajuste Fiscal - Metas e Resultados Alcançados

O Estado de Pernambuco vem celebrando com a União, desde 1998, em conformidade com a Lei Nº 9.496, de 11/09/97, a Resolução do Senado Federal Nº 66/98 e o Contrato Nº 007/97 STN/COAFI, DE 23/12/97, o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF. Atualmente, encontra-se em sua 14ª Revisão, na qual encontram-se estabelecidas as metas para o triênio 2016-2018.

O quadro abaixo destaca as metas e resultados alcançados nos últimos três anos.

(Anexo Técnico 1 - Quadro 17 - Programa de Ajuste Fiscal - Metas e Resultados Alcançados)

O Resultado da avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN atesta que as duas principais metas avaliadas, metas 1 e 2, para o exercício financeiro de 2016, dentro do Programa de Ajuste Fiscal 2016-2018, foram alcançadas, com destaque para o Resultado Primário de R\$ 876 milhões, em contraposição à meta estabelecida de R\$ 75 milhões.

Aspectos relevantes quanto aos resultados alcançados

As Metas 1 e 2, cujo descumprimento ensejaria penalidade financeira, foram devidamente cumpridas.

Tendo em vista o cumprimento das metas de endividamento e de resultado primário (metas 1 e 2), o descumprimento da meta 5 não acarretará penalidade, de modo que o Estado é considerado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2016.

Endividamento e Resultado Primário - Metas 1 e 2

Dentro do que permite o pactuado no Programa de Ajuste Fiscal - PAF, o Estado de Pernambuco conseguiu manter-se com um saldo de dívida pública fundada aquém do limite de 100% da Receita Líquida Real.

O resultado primário foi bem superior à meta estabelecida, tendo a mesma sido incrementada em, aproximadamente, R\$ 801 milhões.

Este resultado ajudou, sobremaneira, a meta consolidada para o setor público, que é bastante acompanhada pelo mercado e por organismos internacionais.



Despesa de Pessoal - Meta 3

A política de não concessão de reajustes de salários, dadas as incertezas no cenário econômico, a premente necessidade de contratação de servidores em cargos que se faziam indispensáveis, e também os ajustes de salário-base de carreiras com as quais o Governo do Estado já havia celebrado acordos de reajustes gradativos, foram fatores que levaram a gestão de pessoal no ano de 2016 a ser conduzida de forma bastante equilibrada.

A diminuição de Gastos de Pessoal frente à Receita Corrente Líquida do PAF, ao longo dos anos recentes, mostra o disciplinamento do Estado nesse sentido, tendo ficado com conforto abaixo dos 60% de limite estabelecido para o PAF.

Receitas Próprias - Meta 4

No âmbito do PAF, as receitas próprias que o Estado arrecadou em 2016 foram superiores ao valor pactuado, com um incremento de R\$ 173 milhões.

Embora a dinâmica da arrecadação não tenha sido satisfatória, dado o quadro recessivo que pairou sobre a economia brasileira e pernambucana, as previsões e pactos feitos pelo Estado, no âmbito do PAF, foram bastante realistas, tendo em vista os cenários de incerteza que pairavam à época.

Outras Despesas Correntes - Meta 5

As medidas de ajuste fiscal que o Estado adotou ao longo dos anos de 2015 e de 2016, bem como o seu efetivo monitoramento pelos técnicos nas diversas secretarias, possibilitou que, em 2016, não houvesse um distanciamento tão significativo da meta estabelecida.

Despesa de Investimento - Meta 6

A meta 6 foi cumprida, sendo necessário destacar que, em decorrência da queda dos montantes de operações de crédito, o Estado vem se valendo em grande parte de suas fontes próprias de receita para levar a bom termo as aplicações nos investimentos considerados prioritários, procurando assim minorar os efeitos perversos da atual crise sobre a população pernambucana.

Avanços e resultados alcançados com o PROFISCO

No período de 2010 a 2016, foram observados grandes avanços na gestão fiscal do Estado de Pernambuco, financiados em grande medida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO. Alguns dos expressivos resultados alcançados são destacados a seguir:

(i) Incremento da arrecadação global (ICMS, IPVA, ICD), de R\$ 7,5 bilhões em 2009 para R\$ 13,7 bilhões em 2015. Os níveis de arrecadação se mostraram constantes em 2014 e 2015, o que indicava a sustentabilidade da arrecadação tributária no estado. Esse resultado decorreu, principalmente, das seguintes ações implementadas:

(a) cruzamento de dados por meio do Sistema de Gestão da Malha Fina (GMF), que alcançou 91% de acerto na estimativa de retorno da ação fiscal em 2015; e

(b) seleção de contribuintes do regime normal para ação fiscal, resultando em um incremento da ordem de 65% na assertividade nas ações realizadas.

(ii) Aumento da receita proveniente da recuperação da dívida ativa, de R\$ 122,9 milhões em 2009 para R\$ 263,8 milhões em 2015. Esse resultado decorreu, principalmente, das seguintes ações implementadas:

(a) divulgação da dívida ativa na internet;

(b) inclusão de devedores no SERASA;



(c) arrestos, supressão de benefícios e de credenciamentos; e

(d) enquadramento como devedor contumaz com aplicação de sanções previstas em lei, alcançando 100% dos devedores da dívida ativa, nos limites previstos pela legislação estadual, publicados na Internet.

(iii) Redução do tempo médio de auditoria na Controladoria Geral do Estado, de 6 semanas em 2009 para 4 semanas em 2015. Esse resultado decorreu principalmente das seguintes ações implementadas:

(a) redefinição do processo de controle interno;

(b) implantação da gestão de risco por meio do Sistema de Monitoramento de Riscos (SMAR);

(c) implantação do Sistema e-Control que permitiu o acompanhamento contínuo, pelos gestores, das atividades e/ou projetos previstos no planejamento do controle interno.

(iv) Fortalecimento da gestão para resultados, com todas as unidades organizacionais do 2º nível elaborando seus relatórios de avaliação e com a aplicação de ações corretivas incorporadas ao Planejamento Estratégico da SEFAZ. Esse resultado também incluiu a implantação do Escritório de Projetos Estratégicos na Superintendência de Planejamento Estratégico, com base na metodologia do Project Management Institute (PMI).

5. DIAGNÓSTICO

Em que pesem os avanços alcançados pelo PROFISCO, ainda é preciso fortalecer a gestão fiscal estadual para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS) dos estados, os dirigentes e técnicos do Governo de PE identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção:

A. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

Na governança fazendária, foram evidenciadas deficiências relacionadas com a gestão do planejamento estratégico da SEFAZ e dos planos setoriais das unidades de segundo nível e seus respectivos projetos em decorrência da falta de ferramenta especializada para o monitoramento dos mapas setoriais, seus indicadores e a execução dos projetos, assim como, desatualização dos processos de trabalho e ferramentas, frente às mudanças organizacionais e à evolução das atividades fazendárias pelo uso intensivo de novas tecnologias.

Na gestão de pessoas, diante do crescimento das demandas por contratação e realocação de novos servidores, foi destacada a ausência de metodologias para avaliação e dimensionamento da força de trabalho das distintas unidades da SEFAZ e ainda a insuficiência de metodologia para aferição de resultados nos programas de formação e capacitação aplicados pela Escola Fazendária - ESAFAZ além da consolidação das ferramentas que possibilitem ampliação do uso de educação a distância, contribuindo assim para a redução dos custos com a capacitação presencial.

Ainda sobre o tema de gestão de pessoas, foi evidenciada a necessidade de garantir sustentabilidade aos programas de formação implantados pelo PROFISCO, assim como, mitigar as insuficiências de ações de capacitação decorrentes do aumento da demanda por renovação da força de trabalho, reestruturação organizacional com a absorção de novas competências, atualização da educação gerencial e técnica continuada e a disseminação do conhecimento institucional e técnico.

Na operação e gestão de tecnologia de informação e comunicação, as demandas crescentes por novas tecnologias e o processamento de grandes volumes de dados revelaram a insuficiência das soluções de segurança dos sistemas de informações da SEFAZ com desatualização parcial do parque tecnológico, assim como da proteção e recuperação dos dados para uso das atividades finalísticas.

B. Administração Tributária e Contencioso Fiscal



No controle do gasto tributário decorrente de políticas fiscais foi destacada a dificuldade na apuração do gasto tributário relacionado à concessão de benefícios fiscais por ausência de ferramenta de controle de isenções, subsídios, anistias, remissões e outras formas de benefícios.

Na gestão do cadastro do ICMS e no controle do cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes mereceu ressalva a demora no cadastramento e baixa de empresas e a deficiência no controle efetivo das operações dos segmentos do varejo e de supermercado, assim como da escrituração fiscal e comércio exterior.

No planejamento da fiscalização e no controle das operações de trânsito de mercadorias foi evidenciado o uso limitado de análise de risco dos contribuintes, associado a deficiências no controle dos veículos de cargas por insuficiência de ferramentas tecnológica para o combate à sonegação e o cruzamento de dados para identificação de fraudes em Documentos Fiscais eletrônicos - DF-e.

Na gestão da cobrança e contencioso administrativo e judicial mereceram destaque as deficiências no controle do crédito tributário e não tributário por falta de suporte tecnológico e de sistema automatizado para gerar informações do processo tributário, tanto para a atuação da Procuradoria Geral do Estado na inscrição cobrança e recuperação da dívida ativa, quanto para a própria administração fiscal no gerenciamento do sistema e-Fisco e no controle das ações judiciais.

Ainda sobre o tema da gestão da cobrança do débito tributário e controle da arrecadação foi observada uma visão fragmentada e não sistematizada da cobrança, em especial, quanto aos maiores devedores, assim como ausência de processos automatizados para restituição e compensação de créditos tributários e para concessão e controle do parcelamento do ICMS.

C.Administração Financeira e Gasto Público

Na programação e execução financeira foram identificadas deficiências nos processos de trabalho do Tesouro estadual , alto custo de processamento para o reconhecimento de despesas a pagar (consumo e compras) e insuficiências de ferramentas automatizadas para apoiar a elaboração do fluxo de caixa e controlar os convênios de repasse de recursos.

Na adequação da gestão contábil às exigências dos procedimentos de convergência, a falta de alinhamento e deficiências na operacionalização da folha (contabilização e pagamento) com necessidade de aprimoramento do controle da maior despesa do Estado (folha da direta e indireta), assim como a falta de classificação patrimonial, avaliação e regularização de bens imóveis e inventários foram referenciadas como principais dificuldades para atendimento às exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público - NBCASP.

Na gestão da dívida pública foi identificada uma deficiência específica relacionada com aplicação das diferentes regras de negócio dos contratos para efeito de controle da evolução do serviço da dívida e dos parcelamentos, dentro do Sistema de Gestão da Dívida Pública -GDP.

Finalmente, ainda no contexto da NBCASP, foram apontadas deficiências relacionadas com a falta de avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial sob o enfoque de apuração de custos públicos.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto e os gestores e técnicos estaduais, com base em ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos e garantir sua lógica vertical, denominada Matriz de Problemas, Soluções e Resultados, integrada às prioridades do planejamento estratégico da SEFAZ, selecionou as propostas de soluções, a seguir descritas, por área de intervenção.

A.Gestão Fazendária e Transparência Fiscal



Produto 1. Governança fazendária aperfeiçoada, por meio da implantação de sistema automatizado para o acompanhamento em tempo real do planejamento e execução dos projetos da Sefaz, contemplando os mapas departamentais; pela revisão de processos fazendários; assim como pela adoção de ferramenta de inteligência de negócio para compartilhamento das informações fazendárias com o nível estratégico do governo em um canal consolidador. Essa solução deverá contribuir para a melhoria do Índice de Transparência e Cidadania Fiscal-ITCF da SEFAZ-PE.

Produto 2. Gestão de pessoas fortalecida, pela aplicação de metodologia para avaliação e dimensionamento da força de trabalho em pelo menos quatro unidades da SEFAZ, assim como, pela melhoria da atuação da Escola fazendária-ESAFAZ, na aferição de resultados de cursos e programas de capacitação; na ampliação da qualificação do quadro de instrutores internos; e no fortalecimento da educação à distância, por meio da adequação da sua estrutura física e tecnológica; formação especializada e capacitação de gestores e técnicos estaduais ampliada, por meio da sistematização da transmissão do conhecimento, com foco na inovação visando atender às demandas das regiões fiscais; do desenvolvimento das competências necessárias para os auditores e procuradores nas atividades de estudos econômico-tributários, fiscalização de trânsito e estabelecimento, contencioso administrativo e judicial, cobrança constituído e da dívida ativa, assim como no tratamento de dados e uso de inteligência artificial; e da continuidade do programa de formação de gestores e de pessoal setorial contábil, presencial e à distância.

Produto 3. Operações de TI controladas e plataforma tecnológica atualizada, por meio da implantação de solução para proteção e recuperação de dados de modo a atender o volume crescente das informações produzidas nos sistemas fazendários garantindo que o tempo de execução destas atividades seja compatível com as necessidades dos usuários, associada à ampliação da infraestrutura da sala cofre e atualização da plataforma tecnológica da SEFAZ para monitoramento tempestivo dos serviços de TIC.

B.Administração Tributária e Contencioso Fiscal

Produto 1. Gasto tributário decorrente de incentivos fiscais controlados, por meio do desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais - GIF para cálculo e apuração dos impactos tributários das isenções, subsídios, anistias, remissões e outras formas de benefícios.

Produto 2. Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias controladas, por meio da integração à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM com sistematização da troca de informações entre a SEFAZ a Receita Federal e Junta Comercial; da adequação dos sistemas corporativos ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED; da implantação da Nota Fiscal do Consumidor eletrônica - NFC-e dentro do padrão nacional de emissão de Documentos Fiscais Eletrônicos - DF-e, garantindo a tecnologia necessária para o tratamento, armazenamento e disponibilidade de grandes volumes de dados; e do pagamento centralizado do ICMS no Portal Único do Comércio Exterior em Integração com a Receita Federal

Produto 3. Fiscalização de estabelecimento e de trânsito aperfeiçoadas, por meio da ampliação da análise de riscos dos contribuintes com uso sistemático da mineração de dados garantindo integração ao sistema e-Fisco para tomada de decisão; da sistematização dos procedimentos de controle do trânsito de mercadorias (Canal Verde Brasil-ID), a partir da utilização de antenas e sensores de rádio frequência nas divisas e em rodovias com grande movimentação de cargas, integrado a uma base de dados nacional (Operador Nacional dos Estados - ONE); e do monitoramento permanente das NF-e, com execução de ações de combate a fraudes, por meio da implantação da Central de Operações Remotas, fazendo uso de ferramentas de análise de dados.

Produto 4. Recuperação de crédito aperfeiçoada, por meio da Gestão de Débitos Fiscais (tributários e não tributários), que deverá ser redefinida com vistas à parametrização das regras para cálculo de juros e multas e o controle sobre os créditos não tributários; revisão do Sistema de Ações Judiciais - AJ para receber e gerar informações para o e-fisco e o SAJ da Procuradoria, atendendo as demandas judiciais (tributária, administrativa e financeira); desenvolvimento e implantação de processo eletrônico de restituição e compensação tributária; da sistematização da cobrança de débito tributário (régua de cobrança) dando maior celeridade nas ações de cobrança, criando novas estratégias e prazos, visando à intensificação da regularização do débito nas fases administrativa e judicial; da implantação da cobrança qualificada dos maiores devedores, adotando como parâmetro o risco de parcelamento de débitos, o valor da dívida e a contumácia; e da implantação de sistema automatizado para concessão e controle do parcelamento do ICMS, tanto na fase administrativa, quanto na dívida ativa.

C.Administração Financeira e Gasto Público

Produto 1. Gestão de recursos financeiros aperfeiçoada, por meio da revisão do mapeamento dos processos do Tesouro estadual contribuindo para a eficácia da programação financeira e da gestão do gasto público; da implantação de um sistema automatizado para elaboração e controle do fluxo de caixa; do registro automatizado, monitoramento e controle das notas fiscais e faturas de fornecedores e da melhoria da Infraestrutura física e tecnológica para Integração da equipe de monitoramento da programação financeira do Tesouro com as Unidades Gestoras - UG e demais parceiros estratégicos.

Produto 2. Controle das despesas de transferência aperfeiçoada, por meio do desenvolvimento e implantação de módulo no sistema e-Fisco para a gestão das transferências de recursos dos convênios de despesa com controle e acompanhamento dos recursos repassados;



Produto 3. Gestão contábil e patrimonial adequada aos procedimentos da convergência, por meio da implantação de solução tecnológica integrada, parametrizável e customizável para suportar os processos de trabalho inerentes à gestão financeira e contábil de RH no âmbito estadual; implantação de solução para classificação patrimonial (bens móveis e imóveis), avaliação e regularização de imóveis e inventários para otimizar o uso, obter receitas e reduzir despesas, por meio de aperfeiçoamento e implantação global do sistema PE Integrado.

Produto 4. Sistema de gestão da dívida pública aperfeiçoado, por meio da implantação do módulo de cálculo no sistema de Gestão da Dívida Pública - GDP no e-Fisco com aprimoramento do controle da evolução do serviço da dívida, para maior agilidade na produção de informação e maior controle dos parcelamentos do Estado.

Produto 5. Gestão de custos públicos implantada, por meio do desenvolvimento e implantação do Sistema de Informação de Custos - SIC no âmbito do Poder Executivo Estadual, com o fim de implantar modelo único de sistema de custos do Estado, atendendo aos requisitos dos órgãos estaduais responsáveis pelos processos de apuração, registro, gestão e controle das informações de custos.

A análise de impacto será feita por meio do acompanhamento de indicadores selecionados a partir do quadro de indicadores da MD GEFIS e da Matriz de Problemas, Soluções e Resultados do Projeto. Todos os indicadores estão instrumentalizados no marco de resultados do projeto (ANEXO TÉCNICO 04) e são consistentes com os produtos e resultados propostos em cada um dos três Componentes do Projeto.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As Orientações Estratégicas de Governo estão explicitadas tanto no Planejamento Estratégico da SEFAZ quanto no Plano Plurianual-PPA Estadual (2016 a 2019), cujos programas GESTÃO DAS RECEITAS (1016), APOIO A MODERNIZAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROFISCO (0587) e APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA (0955), estão totalmente aderentes ao objeto do projeto.

2. Projeto

2.1. Título

Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco

2.2. Título Abreviado

PROFISCO II PE

2.3. Mutuário

Estado de Pernambuco

2.4. Tipo Operação

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes do mapa estratégico da SEFAZ para incremento da receita própria e manutenção do equilíbrio fiscal do Estado.

São objetivos específicos do projeto:

Melhorar o desempenho da governança fazendária contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação de resultados.

Melhorar o desempenho da administração tributária e contencioso fiscal, contribuindo pra o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias e a recuperação da dívida ativa.

Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento orçamentário e controle das despesas e para a gestão de custos e avaliação do gasto público.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
-----------	--------------------	-------------------	---------------	------



Incremento do alcance das metas do planejamento estratégico e setorial pactuadas no último ciclo	Quantidade metas pactuadas alcançadas e avançadas dentro do prazo acordado/ quantidade total de metas pactuadas	%	59,00	70,00
Aumento dos investimentos em programas de formação e capacitação de gestores e servidores	Orçamento de capacitação executado (média 2011-2016) / orçamento total executado da SEFAZ (média 2011-2016)	%	1,07	1,10
Incremento da receita do ICMS proveniente dos segmentos de varejo e supermercados	Arrecadação dos segmentos de varejo e supermercados / arrecadação total do ICMS	%	9,90	12,00
Aumento arrecadação da dívida ativa	Valor médio inscrito na dívida / valor médio pago	%	13,00	15,00
Incremento dos imóveis estaduais avaliados	Quantidade de imóveis estaduais avaliados/ Quantidade de imóveis estaduais cadastrados	%	14,40	30,00
Redução de valores pagos por erros no processamento da folha do Estado	Valor anual pago na folha de 2017 / Valor anual pago após a implantação	%	0,50	

2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US\$)
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	10.800.000,00
P - Governança fazendária aperfeiçoada	600.000,00
P - Gestão de pessoas fortalecida	3.000.000,00
P - Plataforma de Tecnologia da Informação e Comunicação atualizada	7.200.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	16.440.000,00
P - Incentivos fiscais controlados	150.000,00
P - Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias controladas	10.700.000,00
P - Fiscalização de trânsito e de estabelecimento aperfeiçoadas	2.020.000,00
P - Recuperação do crédito aperfeiçoada	3.570.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	16.660.000,00
P - Gestão dos recursos financeiros aperfeiçoado	850.000,00
P - Controle das despesas de transferência aperfeiçoada	205.000,00
P - Gestão contábil e patrimonial adequada aos procedimentos da convergência	15.065.000,00
P - Sistema de gestão da dívida pública aperfeiçoado	200.000,00
P - Gestão de custos públicos implantada	340.000,00
C - GESTÃO DO PROJETO	500.000,00
P - Monitoramento e avaliação	200.000,00
P - Auditoria	300.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Gestão fazendária e transparência fiscal para melhoria da governança pública, do planejamento estratégico, da avaliação do desempenho institucional com estímulo à transparência e prestação de contas, fortalecendo o controle interno e externo, o desenvolvimento de pessoas com foco nas competências e a utilização dos recursos de tecnologias de informação e comunicação.

P - Governança fazendária aperfeiçoada



Governança fazendária aperfeiçoada - Automatização do Monitoramento de projetos, revisão de processos e compartilhamento das informações fazendárias

Aquisição de Tecnologias de Informação (US\$400.000,00) e Consultoria para desenho de processos (US\$200.000,00)

VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO

(PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Gestão de pessoas fortalecida

Gestão de pessoas fortalecida e Formação especializada e capacitação de gestores e técnicos estaduais ampliada

Contratação de Serviços de Consultoria (US\$1.300.000,00), Capacitação de Servidores (US\$1.000.000,00) e Aquisição de Tecnologias de Informação e de Mobiliário (US\$700.000,00).

VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO

(PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Plataforma de Tecnologia da Informação e Comunicação atualizada

Soluções tecnológicas para proteção e recuperação de dados, para monitoramento dos serviços de TI e atualização da plataforma tecnológica da Sefaz. Aquisição de tecnologia de informação (hardware e software) para atendimento às necessidades fazendárias.

VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Administração tributária e com estímulo à simplificação das obrigações acessórias, à apuração do gasto tributário, a padronização de normas e procedimentos, controlando de forma efetiva as operações dos segmentos do varejo os veículos de cargas com uso de cruzamento de dados na identificação de fraudes em Documentos Fiscais eletrônicos - DF-e e ampliando o tratamento e utilização de informações digitais no combate à sonegação. O contencioso fiscal, em busca de simplificação e celeridade reduzindo a visão fragmentada e não sistematizada da cobrança, em especial, quanto aos maiores devedores, automatizando os processos para restituição e compensação de créditos tributários e os processos para concessão e controle do parcelamento do ICMS.

P - Incentivos fiscais controlados

Desenvolvimento de Sistema de gestão de incentivos fiscais. VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias controladas

Contratação de Serviços de Consultoria para o REDESIM, Portal do Comércio Exterior e adequação ao SPED (US\$6.960.000,00) e Aquisição de Tecnologias de Informação para armazenamento e tratamento das bases de dados da NFC-e (US\$3.740.000,00). VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 -CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Fiscalização de trânsito e de estabelecimento aperfeiçoadas

Contratação de Serviços de Consultoria para análise de riscos fiscais (US\$550.000,00); Aquisição de equipamentos e Tecnologias de Informação para os pontos de monitoramento do trânsito integrando com a base de dados do operador nacional - ONE e para as Centrais Remotas (US\$1.270.000,00); e Obras para Instalação elétrica de rede e de antenas nos pontos de monitoramento do trânsito (US\$200.000,00).

VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Recuperação do crédito aperfeiçoada

Contratação de serviços de consultoria e infraestrutura de TIC para desenvolvimento dos sistemas de gestão de processos fiscais, parcelamento e de restituição e compensação de impostos e para sistematização da cobrança do débito tributário (régua de cobrança) com monitoramento qualificado dos maiores devedores. VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Administração Financeira com adequação da gestão contábil às exigências dos procedimentos de convergência, aperfeiçoando e automatizando os processos de elaboração de fluxo de caixa, com melhoria na gestão do contas a pagar e do acompanhamento da evolução do serviço da dívida, controlando os convênios de repasse de recursos e desenvolvendo novas estratégias em áreas críticas como o gerenciamento de custos e de compras governamentais e patrimônio.

P - Gestão dos recursos financeiros aperfeiçoado

Contratação de consultoria para desenvolvimento de sistema para Sistema para registro, monitoramento e controle das notas fiscais/ faturas de fornecedores (US\$300.000,00); e Aquisição de sistema de fluxo de caixa com suporte às unidades gestoras (US\$550.000,00). VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)



P - Controle das despesas de transferência aperfeiçoada

Contratação de consultoria para desenvolvimento de sistema para gestão de convênios de despesa (US\$205.000,00). VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Gestão contábil e patrimonial adequada aos procedimentos da convergência

Aquisição de Solução tecnológica integrada, parametrizável e customizável para suportar os processos de trabalho inerentes à gestão financeira e contábil de RH no âmbito estadual, gerando maior controle da despesa, melhoraria da previsibilidade para apoio ao fluxo de caixa; e maior transparência fiscal. (US\$13.700.000,00); Aquisição de Tecnologias de Informação para finalização da implantação do sistema PE-Integrado (US\$300.000,00); e Serviços para avaliação e regularização de imóveis e inventários (US\$1.065.000,00). VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Sistema de gestão da dívida pública aperfeiçoado

Contratação de Consultoria para desenvolvimento do Modulo de calculo do GDP. VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Gestão de custos públicos implantada

Contratação de Consultoria para desenvolvimento do sistema de Informação de Custos SIC. VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

C - GESTÃO DO PROJETO

P - Monitoramento e avaliação

Contratação de Serviços de Consultoria para elaboração e revisão de editais e termos de referência (US\$100.000,00); e participação nas reuniões de monitoramento da COGEF e realização de visitas técnicas em outras unidades da federação (US\$100.000,00). VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

P - Auditoria

Contratação de consultoria independente para auditoria das contas do projeto. VER DETALHAMENTO NO ANEXO TÉCNICO 2 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROJETO POR TIPO DE RECURSO (PLANO DE AÇÃO E DE INVESTIMENTOS - PAI)

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Devido à própria natureza do Projeto proposto, este prescinde de ações de desapropriação, reassentamento, serviços de obras ou contratação de pessoal.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /EstadualSem detalhes

Estado de Pernambuco ()

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado de Pernambuco, elevando sua capacidade de prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Para população pernambucana, os resultados positivos estarão relacionados às melhorias na arrecadação, redução da burocracia e transparência administrativa, contribuindo para o incremento na qualidade de vida dos contribuintes e da sociedade em geral.

Destacamos, também, que o projeto beneficiará ações que são executadas em conjunto com outros órgãos da administração pública estadual como:

- (i) Secretaria de Planejamento, relativamente ao planejamento, ao orçamento e à gestão de custos e gastos públicos;
- (ii) Procuradoria Geral do Estado, no tocante à recuperação dos créditos da dívida ativa; e
- (iii) Secretaria de Administração, relativamente à gestão contábil e aos sistemas de gestão de RH e patrimônio.



2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda de Referência: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US\$	37.000.000,00	1,00	37.000.000,00
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	7.400.000,00	1,00	7.400.000,00
Total:			44.400.000,00		44.400.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concorde



4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado de Pernambuco. O monitoramento e a avaliação do Projeto e dos seus resultados serão realizados pela unidade de coordenação no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

As avaliações realizadas dos projetos encerrados do PROFISCO demonstram que ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe estadual na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do Programa serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II PE, conforme segue:

(i) capacitação continuada nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados, dos membros das unidades de coordenação, líderes de projetos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos dos órgãos de controle interno e externo;

(ii) adequação e credenciamento de sistemas nacionais para prestação de contas (sistema e-Fisco), aquisições (sistema de compras eletrônicas do Governo do Estado de Pernambuco - RedeCompras);

(iii) criação de comissão especial de licitação, na SEFAZ para atendimento ao PROFISCO e,

(iv) instalação de escritório de projeto para gestão de portfólios e monitoramento de metas e indicadores do planejamento estratégico e dos projetos da SEFAZ.

Ademais, a troca de experiências com outros estados, por meio dos grupos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em especial a Comissão de Gestão Fazendária - COGEF, permitiu a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimentos operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários.

A Matriz de Responsabilidade do Projeto anexada descreve as principais competências de cada um dos atores envolvidos na execução do Projeto, por área de intervenção.

4.2. Execução/Executores

Executor: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco Representante Oficial: MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS Endereço da Sede: Rua do Imperador Dom Pedro II sn 8 andar Santo Antnio RecifePE CEP 50010240 Telefone: (81)31836003 CNPJ: 10.572.014/0001-33	Fax: (81)31836003 UF: PE
---	-----------------------------

4.3. Execução/Prazo

Prazo de Desembolso: 5 Anos

4.4. Execução/Cronograma



COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		TOTAL PLANEJADO
		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		
		BID	CF	BID	CF	BID	CF	BID	CF	BID	CF	
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	10.800.000,00	1.362.000,00		2.856.000,00		2.400.000,00		2.280.000,00		1.902.000,00		10.800.000,00
P - Governança fazendária aperfeiçoada	600.000,00			150.000,00		150.000,00		150.000,00		150.000,00		600.000,00
P - Gestão de pessoas fortalecida	3.000.000,00	210.000,00		690.000,00		810.000,00		690.000,00		600.000,00		3.000.000,00
P - Plataforma de Tecnologia da Informação e Comunicação atualizada	7.200.000,00	1.152.000,00		2.016.000,00		1.440.000,00		1.440.000,00		1.152.000,00		7.200.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	16.440.000,00	2.457.000,00	831.000,00	4.081.500,00	554.000,00	3.472.900,00		2.653.000,00		2.390.600,00		16.440.000,00
P - Incentivos fiscais controlados	150.000,00			60.000,00		60.000,00		30.000,00				150.000,00
P - Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias controladas	10.700.000,00	2.142.500,00	831.000,00	2.142.500,00	554.000,00	1.676.700,00		1.676.700,00		1.676.600,00		10.700.000,00
P - Fiscalização de trânsito e de estabelecimento aperfeiçoadas	2.020.000,00	171.700,00		808.000,00		808.000,00		232.300,00				2.020.000,00
P - Recuperação do crédito aperfeiçoada	3.570.000,00	142.800,00		1.071.000,00		928.200,00		714.000,00		714.000,00		3.570.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	16.660.000,00			3.316.100,00	1.203.000,00	3.105.100,00	1.203.000,00	2.132.400,00	1.804.500,00	2.091.400,00	1.804.500,00	16.660.000,00
P - Gestão dos recursos financeiros aperfeiçoado	850.000,00			340.000,00		170.000,00		170.000,00		170.000,00		850.000,00
P - Controle das despesas de transferência aperfeiçoada	205.000,00			102.500,00		61.500,00		41.000,00				205.000,00
P - Gestão contábil e patrimonial adequada aos procedimentos da convergência	15.065.000,00			2.715.000,00	1.203.000,00	2.715.000,00	1.203.000,00	1.810.000,00	1.804.500,00	1.810.000,00	1.804.500,00	15.065.000,00
P - Sistema de gestão da dívida pública aperfeiçoado	200.000,00			60.000,00		60.000,00		40.000,00		40.000,00		200.000,00
P - Gestão de custos públicos implantada	340.000,00			98.600,00		98.600,00		71.400,00		71.400,00		340.000,00
C - GESTÃO DO PROJETO	500.000,00	100.000,00		100.000,00		100.000,00		100.000,00		100.000,00		500.000,00
P - Monitoramento e avaliação	200.000,00	40.000,00		40.000,00		40.000,00		40.000,00		40.000,00		200.000,00
P - Auditoria	300.000,00	60.000,00		60.000,00		60.000,00		60.000,00		60.000,00		300.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/OUTROS

Os riscos quanto à execução do Projeto estão no âmbito da governabilidade do Governo do Estado de Pernambuco, o que minimiza possíveis externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre a execução do Projeto. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o Planejamento Estratégico da SEFAZ e PPA Estadual (2016-2019) e em consequência com os objetivos, diretrizes, metas e prioridades traçadas pelo Estado.

5.8. Execução/Contatos

CPF: 783.927.054-91 Nome: PAULO HENRIQUE SARAIVA CAMARA Orgão: Governo do Estado de Pernambuco Estado: Estado de Pernambuco Endereço: Praça da Republica, sn, Palacio do Campo das Princesas ? Santo Antonio CEP: 50010-928 Cargo: GOVERNADOR Telefone: 81-31812207 Celular: 81-984940502	Município: MUNICIPIO DE RECIFE E-mail: governo@governadoria.pe.gov.br Fax: Tipo: Titular
--	---

CPF: 652.895.104-78 Nome: MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS Orgão: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco Estado: Estado de Pernambuco Endereço: Rua do Imperador Dom Pedro II, sn, 8 andar ? Santo Antonio CEP: 50010-240 Cargo: Secretario da Fazenda Telefone: 81-31836003 Celular: 81-994882525	Município: MUNICIPIO DE RECIFE E-mail: marcelo.barros@sefaz.pe.gov.br Fax: Tipo: Substituto
--	--

CPF: 665.988.004-63 Nome: DANIELLA MYRIAN DE SOUSA SILVA Orgão: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco Estado: Estado de Pernambuco Endereço: Rua do Imperador Dom Pedro II, sn, 5 andar ? Santo Antonio CEP: 50010-240 Cargo: Superintendente de Planejamento Estrategico Telefone: 81-31836058 Celular: 81-94882880	Município: MUNICIPIO DE RECIFE E-mail: daniella.silva@sefaz.pe.gov.br Fax: Tipo: Técnico
---	---